

'Padre Júlio incomoda porque defende minorias', diz Diocese

'Padre Júlio incomoda porque defende minorias', diz Diocese

Dom Pedro Cipollini defende atuação do sacerdote em prol dos necessitados; vereador da Capital quer instaurar CPI na Câmara Municipal

BEATRIZ MIRRELLI
beatrizmirrelli@cgabc.com.br

A Diocese de Santo André, que responde pela comunidade católica do Grande ABC, se posicionou contrária a possível instauração de CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para investigar ONGs (Organizações Não Governamentais) que atuam na Cracolândia, no centro da Capital, bem como a atuação do padre Júlio Lancellotti, coordenador da Pastoral do Povo de Rua da Igreja Católica de São Paulo. O sacerdote é o principal alvo do pedido feito pelo vereador de São Paulo Rubinho Nunes (União), que protocolou a solicitação na Câmara paulistana.

Para a Diocese de Santo André, os trabalhos do padre Júlio Lancellotti estão alinhados aos ensinamentos do Evangelho e o cuidado com pessoas em vulnerabilidade social não deveria ser motivo de incômodo. "O trabalho do padre Júlio Lancellotti é sério e é bem feito, seguindo o Evangelho, procurando dentro do possível atender as pessoas neste grave problema humanitário, que a própria Câmara de São Paul-

lo e a Prefeitura não conseguiram resolver até hoje. Por isso ele incomoda, (assim) como todos os que defendem as vítimas da sociedade. Jesus incomodou", ressalta o bispo Dom Pedro Cipollini.

Segundo o bispo, é necessário apurar os motivos pelos quais o número de moradores de rua cresce diariamente. "Deus ama os pobres e fará justiça a eles e aos seus defensores. O ideal é que se investigue a fundo as causas desta calamidade que está aumentando. Cada dia aumenta o número dos moradores de rua. Não seria melhor atacar o problema, e não os que trabalham para resolvê-lo?", questiona.

A proposta do vereador Rubinho Nunes solicita a criação e instalação de CPI, com prazo de duração de 120 dias, para investigar as ONGs que "fornecem alimentos, utensílios para uso de substâncias ilícitas e tratamento aos grupos de usuários que frequentam a região da Cracolândia".

Entre os objetivos, o documento declara que a CPI pode avaliar a "eficácia dos programas oferecidos pelas ONGs, determinando se elas es-



BISPO. Dom Pedro Cipollini durante ato no Dia Mundial dos Pobres; líder católico defende Lancellotti

tão alcançando os resultados desejados, pois em algumas situações pode haver preocupações éticas, como a exploração de dependentes químicos". O requerimento não cita diretamente o padre Júlio Lancellotti, mas Nunes declarou que o sacerdote lucra "politicamente com o caos instaurado na Cracolândia" e será um dos principais alvos.

O vigário para caridade social da Diocese de Santo An-

dré, Ryan Holke, pároco na região do Pós-Balsa, no Riacho Grande em São Bernardo, comenta que a classe política deveria trabalhar em conjunto com aqueles que desejam enfrentar problemas sociais tão complexos. "Vamos muitas vezes discursos de intolerância e indiferença, que não se assemelham ao que está consolidado na nossa Constituição de 1988."

A Diocese destaca que também realiza ações dire-

cionadas às pessoas em situação de rua. Ao todo, o Grande ABC possui 2.437 indivíduos nessas condições, segundo informações do Cead (Consulta, Seleção e Exatidão de Informações do CadÚnico). "Talvez falte um pouco de convivência para saber o que as pessoas passam e se sensibilizar com a realidade do povo brasileiro. A Diocese está junto com as pessoas em situação de rua e a quem está a serviço delas,

como o Padre Júlio", complementa o vigário Ryan Holke.

Na Vila Pires, em Santo André, a Fraternidade Casas de Assis fornece diariamente café da manhã, almoço e jantar para moradores de rua. Para o frei Gláudio Oliveira, membro da fraternidade, as ações para esse público tendem a ser alvo de críticas. "O Padre Júlio defende aqueles que estão à margem e as pessoas ainda têm uma imagem muito negativa daqueles que estão em vulnerabilidade. Estamos juntos com o padre. A caridade é algo nítido no Evangelho."

Em nota, o Padre Júlio Lancellotti declara que entende que a CPI seria direcionada para "fiscalização do cumprimento de convênios estabelecidos entre o Poder Público e as organizações conveniadas". Nesse contexto, ressalta que não pertence a ONGs conveniadas à Prefeitura de São Paulo. "A atividade da Pastoral de Rua é uma ação pastoral da Arquidiocese de São Paulo, que, por sua vez, não se encontra vinculada de nenhuma forma às atividades que constituem o objetivo do requerimento aprovado para criação da CPI em questão."

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Setecidades Pagina: 1